

O “MILAGRE DA UNIÃO SAGRADA”: A ALIANÇA ENTRE PARTIDO LIBERTADOR E PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE NO CONTEXTO DA ALIANÇA LIBERAL E DA REVOLTA DE 1930

THE “MIRACLE OF SACRED UNION”: THE ALLIANCE BETWEEN THE LIBERTADOR PARTY AND THE RIO GRANDENSE REPUBLICAN PARTY, IN THE CONTEXT OF THE LIBERAL ALLIANCE AND THE REVOLT OF 1930

Rodrigo Dal Forno¹

Resumo: O artigo analisa os bastidores da formação da Frente Única entre os partidos adversários no Rio Grande do Sul na década de 1920: o Partido Libertador e o Partido Republicano Rio-Grandense. A aliança foi formada com o objetivo de dar suporte a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República nas eleições de 1929 e, posteriormente, também atuou na organização do movimento de 1930 e nos primeiros anos de governo provisório. A partir da análise de jornais da época, acervos pessoais das elites políticas, memórias e biografias de contemporâneos, pretende-se problematizar quais motivações e acordos foram acionados pelas principais lideranças partidárias para construir esta união, tendo em vista que aproximação foi tratada como algo “impossível de se concretizar”, um “milagre”.

Palavras-chave: Partido Libertador. Frente Única. Getúlio Vargas. Revolta de 1930.

Abstract: This paper analyzes the behind the scenes of the formation of the United Front among the opposing parties in Rio Grande do Sul in the 1920s: the Libertador Party and the Rio Grande do Sul Republican Party. The alliance was formed with the objective of supporting Getúlio Vargas' candidacy for the presidency of the Republic in the 1929 elections and, later, also acted in the organization of the 1930 movement and in the first years of provisional government. From the analysis of newspapers of the time, personal archives of political elites, contemporary memories and biographies, it is intended to question what motivations and agreements were triggered by the main party leaders to build this union, bearing in mind that the approach was treated as something “impossible to materialize”, a “miracle”.

Keywords: Libertador Party. United Front. Getúlio Vargas. Revolt of 1930.

Considerações Iniciais

O ano de 1929 significou um momento singular em que as lideranças do Partido Libertador (PL) e do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), históricos adversários na política do Rio Grande do Sul durante a Primeira República, realizaram um acordo

¹ Professor substituto no Instituto Federal Sul-rio-grandense, *Campus* Venâncio Aires. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Possui interesse e experiência de pesquisa nas áreas de História Social da Política, História do Brasil Republicano, História do Rio Grande do Sul, imagem e poder, elites e partidos políticos. Temas em torno dos quais publicou artigos e capítulos de livros. E-mail: rodrigodalverno@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8088-8836>

em favor da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, construindo uma “uma aliança tão surpreendente que foi chamada de milagre” (ANTONACCI, 1981, p. 44-45) e vista como algo “impossível de materializar-se” (FONTOURA, 1958, p. 81). O movimento de aliança deu origem à chamada “Frente Única” (FU)², coligação partidária que atuou como um dos principais sustentáculos da campanha eleitoral da Aliança Liberal de Getúlio Vargas, assim como para confabulações do golpe armado de 1930 e os primeiros meses de governo provisório.

O presente artigo³ tem como objetivo analisar os bastidores da organização desta aliança, compreendendo quais motivações e acordos foram acionados pelas principais lideranças partidárias para construir a união entre os tradicionais adversários sul-rio-grandenses. Esta análise se dará, principalmente, pela ótica de um dos lados envolvidos nas negociações, as elites políticas do Partido Libertador que, conforme debatarei a seguir, foram muitas vezes negligenciadas pela historiografia nas análises sobre o tema.

O problema central a ser analisado diz respeito ao fato de que a coligação entre PL e PRR ocorreu poucos anos após os mesmos grupos se colocarem em campos opostos de luta armada durante o conflito de 1923 e os lances tenentistas de 1924-1926. Além disto, conforme amplamente destacado pela historiografia, seria possível identificar a existência de um contundente “fosso ideológico” de antagonismo que separava os dois blocos políticos (TRINDADE, 1979, p. 119, p. 187; NOLL, 1980, p. 16). Diante destes aspectos, como explicar esta união? O que levou as lideranças de ambos os partidos, calejadas em ataques mútuos na imprensa, nas tribunas, em lutas armadas e nas urnas, a realizarem uma aliança? Quais interesses e acordos foram acionados e colocados em pauta naquele contexto?

² Posteriormente, passou a ser referenciada como Frente Única Gaúcha, com o objetivo de diferenciá-la de outro movimento de aliança similar ocorrido entre os partidos de São Paulo e chamado de Frente Única.

³ As reflexões apresentadas nesse artigo fazem parte de uma análise mais ampla e aprofundada, resultado da pesquisa de tese de doutorado do autor. O estudo versou sobre o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas principais lideranças, entre os anos de 1920 e 1930 (DAL FORNO, 2020).

Para responder a estas questões, analiso três conjuntos de fontes: a) os relatos memorialísticos de participantes daquele processo, com destaque para as contribuições de João Baptista Lusardo (CARNEIRO, 1977; 1978), Mem de Sá (SÁ, 1973; 1981) e João Neves da Fontoura (FONTOURA, 1933; 1958; 1963; b) os posicionamentos e as notícias veiculados pela imprensa diária da época, com destaque para os jornais *Correio do Povo* (CP)⁴, *Estado do Rio Grande* (ERG)⁵ e *A Federação*⁶; c) as correspondências trocadas entre lideranças partidárias, especialmente aquelas existentes nos acervos pessoais⁷ de Raul Pilla e Assis Brasil.

Sobre as fontes utilizadas, cabe destacar sua ampla potencialidade para o tema em discussão no presente dossiê. Além de auxiliarem na construção das respostas sobre a gênese da FU, os documentos em análise apresentam múltiplas possibilidades para problematizar os anos iniciais da ascensão de Getúlio Vargas ao poder federal. Para pontuar apenas alguns exemplos, o jornal *Estado do Rio Grande* se tornou um dos principais postos de crítica ao governo varguista após o rompimento dos libertadores com o governo provisório, se tornando também um instrumento propagandista fundamental nas tentativas de articular uma revolta armada no sul em apoio aos paulistas, no ano de 1932. Por sua vez, os acervos pessoais de Raul Pilla e Assis Brasil, apesar de visitados por diferentes pesquisadores ao longo das últimas décadas, possuem um material vasto e muito rico para a compreensão dos bastidores da política. Através dele, é possível mapear e problematizar as aproximações e os distanciamentos

⁴ Produzido e impresso na cidade de Porto Alegre e com ampla circulação pelo interior do estado, sua linha editorial dizia-se apartidária. Sua coleção completa está disponível para a pesquisa no formato de microfimes no acervo do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS) em Porto Alegre.

⁵ Órgão de imprensa oficial do PL, com sede em Porto Alegre e dirigido pessoalmente por Raul Pilla. Disponível no formato de microfimes referente aos anos de (1929-1932) no NPH/UFRGS.

⁶ Órgão oficial do PRR, redigido em Porto Alegre. Disponível para a consulta online e gratuita na Biblioteca Digital Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 13 abr. 2020.

⁷ Ambos mantidos pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS), localizados em Porto Alegre. Guardam originais e cópias da documentação pessoal dos dois políticos ao longo de suas trajetórias de vida. O acervo compreende uma variada gama de papéis: correspondências pessoais; ofícios, atas e circulares partidárias; troca de mensagens com correligionários e outras lideranças políticas; anotações, rascunhos, artigos, manifestos, recortes de jornais etc. Especificamente os documentos de Raul Pilla foram digitalizados e estão disponíveis para a consulta online e gratuita em: <https://cedap.ufrgs.br/jspui/handle/20.500.11959/462>. Acessado em 13 abr. 2021.

envolvendo as elites políticas do PL, PRR e Getúlio Vargas, bem como a estrutura e os posicionamentos de seus respectivos partidos, entre os anos de 1920 e 1930.

Para a realização da análise, parte-se de um olhar voltado para as relações e práticas entre lideranças e seus partidos. Neste sentido, considero que os interesses e as alianças conjunturais, as práticas e os comportamentos pragmáticos, os capitais das lideranças, as origens e os vínculos socioeconômicos, familiares e profissionais e a busca pelo poder do aparelho do Estado, necessitam ser considerados como centrais para a compreensão da política partidária daquele período. E, desta forma, são fundamentais para a compreensão da aliança estabelecida entre libertadores e republicanos. A realização desta mirada alternativa encontra-se em sintonia com os postulados teóricos de uma História social da política, postura que advoga um olhar mais atento para origens, trajetórias e grupos sociais, grupos, interesses e atividades econômicas, laços e lealdades pessoais.⁸

Em harmonia com este debate, um conceito fundamental para a compreensão das condutas e dos posicionamentos das elites políticas foi o de pragmatismo político. Segundo Aspásia Camargo, os políticos dos anos de 1930 possuíam “um estilo de política maleável, integrativo, ardiloso, de raízes tradicionais (personalistas, clientelísticas), que consolidam lealdades e garantem a longevidade do poder”, caracterizado essencialmente pela “versatilidade”, na qual o “pragmatismo e a instrumentalidade – a capacidade de composição – convertem-se em valor inestimável como instrumento de coesão das elites no poder” (CAMARGO, 1983, p. 13, grifo da autora). Nesta seara, Surama Pinto propôs o termo de “pragmatismo oportunista”, com o intuito de refletir sobre as diferentes estratégias de sobrevivência das elites políticas do Rio de Janeiro e suas ambiguidades de comportamento. Este atributo diz respeito ao firmamento de alianças e compromissos a fim de garantir melhores espaços de atuação (PINTO, 2011, p. 180, p. 234-235).

⁸ Algumas pesquisas serviram como fonte de inspiração para a construção da análise realizada, com destaque para os estudos de Aspásia Camargo (1980), Mário Grynszpan (1990), Luiz Alberto Grijó (1998; 2002) Surama Condé Sá Pinto (2011) e Jonas Vargas (2010).

O artigo se encontra estruturado em três partes principais. Na primeira delas, traço breves considerações sobre tentativas de aproximação e o panorama político interno do Rio Grande do Sul na Primeira República. No segundo momento, analiso os bastidores e confabulações na organização da Frente Única. Por fim, no terceiro, investigo aspectos da participação dos frente-unistas na Revolta de 1930.

O inimigo de hoje pode ser o amigo do amanhã? Aproximações e distanciamentos na política republicana sul-rio-grandense e a formação da Frente Única (1929)

Para refletir sobre a gênese da Frente Única, uma anotação de Assis Brasil (um dos principais artífices do acordo), localizada nos papéis de seu acervo pessoal, serve como ponto de partida:

Não insultemos o adversário, não vilipendamos o inimigo de hoje: ele é a **matéria prima de que daremos o amigo de amanhã; não há uma linha de separação** de um lado da qual estejam todos os compatriotas bons – e do outro todos os maus.⁹

O pensamento se encontra em sintonia com uma máxima pragmática muito lembrada em diferentes contextos históricos, na qual se entendia que o inimigo de hoje poderia se tornar o amigo de amanhã. Na política brasileira da década de 1920, esta visão era celebrada por diferentes lideranças: Arthur Bernardes declarou que em política não existiam “inimizades definitivas” (CARNEIRO, 1977, p. 252) e Getúlio Vargas ficou conhecido pela hábil leitura sobre a importância de aproximações com adversários em prol de futuras combinações (LOVE, 1975, p. 236; CORTÉS, 2007, p. 42).

Estes mecanismos seriam vitais para a organização de uma aliança entre os dois tradicionais adversários no Rio Grande do Sul, calejados por ataques mútuos, ao longo do período. Para compreender a união, é preciso investigar a política estadual anos antes do lançamento da Aliança Liberal.

⁹ Assis Brasil – Pensamentos, sem data e sem local, grifo meu. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

Ao longo da Primeira República, o sistema político partidário do Rio Grande do Sul pode ser caracterizado por dois aspectos principais. Em primeiro lugar, a hegemonia do PRR nos principais postos de poder. Com cerca de trinta anos no governo do estado, com as maiores bancadas no legislativo estadual e federal, dominando os âmbitos locais e exercendo uma importante presença na política nacional, os correligionários de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros dominaram os espaços de poder no estado. Por outro lado, conviveram constantemente com a presença de grupos e lideranças de oposição, dentre as principais estavam o Partido Federalista e, anos mais tarde, o Partido Libertador. Esta tensão entre oposicionismo e situacionismo manteve o estado em seguido tensionamento político, seja nos debates da Assembleia estadual, nas diferentes disputas eleitorais ou nos campos de luta armada, como durante as guerras civis de 1893 e 1923.

Apesar deste âmbito conflitante, tentativas de aproximação não eram necessariamente uma novidade para os políticos locais. No ano de 1892, o chefe federalista Silveira Martins e o líder do PRR Júlio de Castilhos, por intermédio de um amigo em comum, reuniram-se com o intuito de pacificar o estado. Durante o encontro, Silveira Martins sugeriu que fosse elaborada uma nova constituição estadual com concessões mútuas de ideias. O encontro acabou fracassando, e o federalista teria declarado uma das frases mais marcantes da política gaúcha: “ideias não são metais que se fundem” (FRANCO, 2013, p. 150-152). Da mesma maneira, ao longo da Primeira República, dissidentes do PRR constantemente buscaram se articular com outros grupos políticos para formular novas alianças (SACCOL, 2019, p. 177-179).

A década de 1920, se caracterizou como um período de intensa agitação na política brasileira, sobretudo, em decorrência da eclosão de uma série de revoltas e conflitos que auxiliaram na ruína da chamada “República Velha” (LOVE, 1971, p. 215). No âmbito regional, o contexto foi demarcado pela mobilização dos grupos e das lideranças contrários à hegemonia do PRR. A conjuntura representou uma ocasião peculiar em que, após diversas tentativas frustradas, foi possível construir uma frente contra Borges de Medeiros (TRINDADE, 1979, p. 159-163). No ano de 1922, os oposicionistas alinharam-se em um agrupamento provisório em favor da candidatura

de Joaquim Francisco de Assis Brasil para o governo do estado. Após a derrota nas urnas, sob protestos de fraude e invalidade, os mesmos grupos articularam um movimento armado, no episódio que ficou conhecido como “Revolução de 1923”.¹⁰ O término do conflito e a pacificação estadual significaram um reequilíbrio do jogo de forças políticas, inaugurando um novo momento político. Além das alterações legais, o acordo da paz trouxe consequências importantes: a formação de um grupo partidário por parte dos opositoristas, originando a Aliança Libertadora, posteriormente convertida em Partido Libertador; e, do lado do PRR, a subida de Getúlio Vargas ao poder estadual e uma renovação dos seus quadros, com a ascensão de nomes com relações mais harmoniosas com os adversários.

Neste contexto de início dos anos de 1920, é possível identificar um processo de reconciliação oligárquica interna no Rio Grande do Sul, processo que culminaria com os entendimentos de 1929. Para muitos estudiosos, um dos principais aspectos apontado como responsável pelo apaziguamento residiu na substituição de Borges de Medeiros por Getúlio Vargas no governo estadual, renovando os quadros do poder e permitindo a construção de relações mais amistosas com os adversários (LOVE, 1975, p. 242; PESAVENTO, 1979, p. 225; TRINDADE, 1979, p. 166-167; NOLL, 1980, p. 23-24; FÉLIX, 1987, p. 157-158; GRIJÓ, 1998, p. 200). Outro tópico importante bastante lembrado refere-se à ascensão de uma nova geração de políticos no final dos anos 1920 (LOVE, 1975, p. 233-234; TRINDADE, 1979, p. 169; ABREU, 1997, p. 20-21; GRIJÓ, 1998, p. 190-191; VISCARDI, 2012, p. 300-301). A grande maioria dos pesquisadores vislumbrou este protagonismo na chamada “geração de 1907” do PRR. Nesta ótica, o modo de fazer política assumido por Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha e outros, teria sido um fator decisivo no entendimento com o PL e na participação dos gaúchos no movimento liberal. Conforme veremos a seguir, além da relevância do papel

¹⁰ Guerra civil ocorrida entre os meses de janeiro a dezembro, e encerrada através da assinatura de um acordo de paz mediado pelo governo federal de Arthur Bernardes e o Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho. O pacto foi chamado de “Pacto de Pedras Altas”, em linhas gerais, vedou a reeleição para presidente do estado e para intendentes municipais, previa a adequação das eleições estaduais à legislação federal, garantia a representação das minorias na Assembleia, concedia anistia aos revolucionários etc. (ANTONACCI, 1981, p. 110). Sobre as negociações da pacificação e minutas do acordo, ver FRANCO, 1996.

exercido pelas novas lideranças no PRR, se faz igualmente necessário incluir as novas figuras libertadoras. Nomes como Baptista Lusardo, Antunes Maciel e Raul Pilla também se encontravam na linha de frente do seu partido, e apresentaram uma atuação destacada neste processo. Da mesma maneira que seus novos aliados, os “jovens libertadores” pareciam não se preocuparem em estabelecer combinações com antigos adversários para atingir objetivos e interesses conjunturais, assumindo uma postura caracterizada por um “pragmatismo oportunista” (PINTO, 2011).

Além destes aspectos, é preciso ter em mente as nuances da política do Rio Grande do Sul em relação ao cenário nacional. Um ponto fundamental diz respeito ao fortalecimento das suas bancadas de deputados. Além da tradicional presença do PRR no congresso federal, a década de 1920 representou o comparecimento constante de representantes do PL. Os libertadores, aliados a democráticos paulistas¹¹ e outros parlamentares de oposição ao Catete, demarcaram seus posicionamentos e passaram a fazer cada vez mais barulho no cenário nacional. Por seu turno, o PRR manteve sua forte bancada, uma das mais numerosas do país e com quadros passando por um processo de renovação. Esta situação significou o fortalecimento político do Rio Grande do Sul como um todo, além da construção de relações pessoais que se tornaram decisivas entre os representantes do estado.

O histórico de participação dos gaúchos nos processos de sucessão presidencial¹² também merece consideração. Os políticos sul-rio-grandenses, apesar de não terem “feito” nenhum presidente, contribuíram em diversas ocasiões para fazê-lo. Esta posição peculiar, além de tornar o estado uma espécie de “fiel da balança”, também colaborou para a construção da expectativa de que em algum momento sua hora chegaria. Ao final dos anos de 1920, o Rio Grande havia “encontrado a sua vez” (CAMARGO, 1980, p. 23). Este cenário culminou com as articulações promovidas por setores descontentes com a candidatura do paulista Júlio Prestes. Na empreitada, uma

¹¹ Sobre os democráticos paulistas, seus posicionamentos e suas alianças, ver PRADO, 1986.

¹² Sobre as tratativas e a lógica do jogo sucessório do executivo nacional, ver as contribuições de VISCARDI, 2012.

das principais bases de sustentação da oposição estava na possibilidade de reunir os dois segmentos políticos do Rio Grande do Sul.

Costurando acordos e contornando dissídios: novas combinações e velhas divergências entre republicanos e libertadores

Os primeiros esforços para uma aproximação entre libertadores e republicanos podem ser identificados nas articulações protagonizadas pelos deputados federais, entre os meses de junho e julho de 1929. Os parlamentares promoveram reuniões, trocaram ideias e se manifestaram publicamente sobre a possibilidade. De acordo com os relatos de João Neves da Fontoura, “na primeira linha dos que preconizaram vantagens de uma aproximação” estava Baptista Lusardo.

O deputado libertador acreditava que a exclusão do Rio Grande do Sul do poder federal devia-se à sua própria divisão interna. Durante sua estadia na câmara federal nos anos 1920, se “afeiçoou ao Sr. Getúlio Vargas” e passou “ostensivamente à propaganda da necessidade de fazerem causa comum”. Conforme narra Fontoura, Lusardo possuía uma estratégia perspicaz para aproximar os dois grupos: em viagens a Porto Alegre, visitava Vargas no palácio do governo, “se demorando em longas charlas”, e, em seguida, fazia questão de passar na redação do jornal *Correio do Povo* para dar publicidade a conversa (FONTOURA, 1963, p. 301-302). Segundo os relatos do próprio Lusardo, no congresso estreitou seus laços com o amigo republicano, prática da qual seus correligionários tinham conhecimento (CARNEIRO, 1977, p. 253). Por sua vez, Vargas também tratou de “diluir aquelas prevenções recíprocas” e amenizar as relações com os adversários. O “namoro” com os libertadores consistia em pequenas atitudes: enviar representantes do governo para cumprimentar deputados que chegavam à capital, recebê-los cordialmente no palácio etc. (FONTOURA, 1963, p. 301-302).

Em meados de 1929, as conversações adquiriram contornos mais expressivos. A partir das negociações iniciadas pelas lideranças de Minas Gerais¹³, os deputados de

¹³. Em seu livro de memórias, Virgílio de Mello Franco narrou as articulações promovidas pelos mineiros (FRANCO, 1980).

PRR e PL passaram a promover encontros e discutir a possibilidade da candidatura de um nome entre seus conterrâneos. Em um destes casos, Lusardo encontrou Flores da Cunha para debater a ação conjunta de suas bancadas e uma possível aceitação do PL de um candidato oriundo do PRR¹⁴. Em carta para Assis Brasil, Lusardo descreveu as conversas com os deputados do PRR e de Minas. Segundo ele, uma candidatura proveniente destes grupos assumiria o compromisso da anistia e do voto secreto (temas centrais para os libertadores), muito embora os republicanos ainda tivessem uma, segundo suas próprias palavras, “cocegzinha” em aceitar o tema. Diante destes postulados, acreditava que os pontos de vista do PL sairiam “vitoriosos”, elemento que por si só justificaria uma atitude do partido em adotar a candidatura liberal. Para ele, o momento era excepcional para os correligionários, e nenhum outro serviço seria maior que os benefícios de concorrer com o “extraordinário e justificado prestígio para a frente única do nosso Estado”¹⁵.

Na mensagem, destaca-se as concessões doutrinárias que os republicanos estariam dispostos a fazer em troca de apoio. De acordo com Cortés, ainda que o voto secreto subvertesse “a santificada doutrina de Castilhos do voto público e das eleições supervisionadas”, apesar disso, os adeptos do PRR “transformaram-se em fervorosos democratas constitucionalistas” (CORTÉS, 2007, p. 44-45). Segundo aponta Cláudia Viscardi, as medidas incorporadas pela Aliança não poderiam ser recusadas pelas lideranças mais tradicionais, “sob pena de não agregar amplo leque de adesões” (VISCARDI, 2012, p. 308).

Em seguida, deputados gaúchos e as chefias mineiras realizaram uma reunião nas dependências do Hotel Glória no Rio de Janeiro. Após o encontro, Lusardo declarou à imprensa que seu estado natal, “dentro de uma unanimidade moral e política”, marcharia “unido num só bloco indivisível para a conquista dos ideais nacionais”, e que o momento não permitiria vacilações, não havendo “mais partidos em jogo, mas tão somente esta causa sagrada para nós: o Rio Grande do Sul”. Questionado se o PL havia estabelecido condições para o acordo, afirmou que seus partidários não se “moviam por

¹⁴ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 172, 23 jul. 1929, p. 1.

¹⁵ Carta de Baptista Lusardo para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 28 jul. 1929, Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

interesses pequeninos” e as conversações ocorriam no “terreno superior das ideias”¹⁶. Este contexto de aproximação também foi caracterizado pela construção de uma sintonia de tomadas de posição entre os parlamentares sobre diferentes temas. No âmbito federal, os deputados, em “uma só opinião e uma só voz”, se manifestaram favoráveis à concessão da anistia aos rebeldes exilados e comunicaram a Vargas sua atitude¹⁷. Com similar harmonia, os representantes passaram a atuar na câmara estadual¹⁸.

No Rio Grande do Sul, Francisco Antunes Maciel passou a estabelecer encontros com Getúlio Vargas. De acordo com o libertador, através de um relato concedido a João Neves da Fontoura, ele foi surpreendido com um chamado de Osvaldo Aranha para uma reunião (FONTOURA, 1963, p. 305). Entre os dias 25 e 27 de julho, os políticos mantiveram reuniões reservadas na sede do governo. O resultado foi relatado em documentos sigilosos enviados para a apreciação de Assis Brasil. De acordo com Joseph Love, as negociações de Vargas com os libertadores estavam vinculadas a uma estratégia para obter a maioria dos votos com uma cifra expressiva em Minas Gerais e no Rio Grande. Para isto, precisava dos antigos adversários, e realizaram promessas para atraí-los (mais cadeiras no congresso, reforma eleitoral e a garantia de que o PRR não disputaria o pleito sem a sua cobertura total). Esta situação também dizia respeito a um receio de que em caso de derrota, os paulistas usariam o PL para punir o PRR (LOVE, 1975, p. 245-247).

Analisando estes documentos é possível problematizar o teor das combinações. O representante libertador foi convocado para servir como intermediário entre Vargas e os dirigentes do PL, visando os “necessários entendimentos para a grande campanha na aliança Minas-Rio Grande”. No primeiro momento, Vargas argumentou não poder fazer declarações precisas, já que sua candidatura ainda não era oficial. No entanto, estava propenso a aceitar a indicação, prevendo que o estado inteiro o apoiaria, após as conquistas “materiais e sociais” do seu governo estadual. Além disto, acreditava que os

¹⁶ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 178, 30 jul. 1929, p. 1.

¹⁷ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 174, 25 jul. 1929, p. 1.

¹⁸ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 41, 9 dez. 1929, p. 8; n. 51, 20 dez. 1929, p. 7.

libertadores ficariam satisfeitos pelo seu “passado” e pelas declarações que viria a dar para fortalecer a aproximação. Da mesma forma, destacou que “no tocante ao aspecto dos princípios” não seria “difícil conciliar”, na medida em que, havendo “sinceridade de propósito” e “um objetivo comum”, não existiriam “grandes embaraços para encontrar fórmulas satisfatórias”. Por sua vez, Maciel, com o objetivo de adiantar as bases de um acordo, redigiu oito pontos de “aspirações e compensações” desejados pelo seu partido: a) anistia ampla (de rebeldes envolvidos com levantes tenentistas na década de 1920); b) reforma eleitoral aos moldes do sugerido pelo PL; c) providências na relação magistratura e partidos políticos; d) providências para encaminhar “progressivamente a conciliação entre os atuais partidos rio-grandenses”; e) providências que assegurem a unidade dos componentes da FU nas eleições federais de 1930, evitando disputa de cadeiras de deputados entre os partidos, e devendo ser pré-estabelecido o número de vagas para cada; f) compromisso de levar a união até, no mínimo, depois da vitória eleitoral, “sob pacto de honra e recíproca lealdade”; g) escolha do sucessor de Vargas no governo estadual deveria ser de um nome “bem aceito pela oposição [...] continuador da obra de pacificação e labor”; h) formação de um conselho de cinco membros (dois do PL, dois do PRR e Vargas) para resolver qualquer assunto que surgisse em “prejuízo da unidade da aliança”¹⁹.

Em uma segunda reunião, Maciel comunicou as conversas com seus correligionários sobre os pontos sugeridos, e Vargas reafirmou que necessitava de um pronunciamento oficial o mais rápido possível, pois “faltando-lhe a frente única” desistiria da candidatura. Após a conversa, Maciel telegrafou para Assis Brasil²⁰, comunicando que a condição da candidatura era estar “seguro” da solidariedade dos libertadores, urgindo uma posição pública e definitiva. Segundo Maciel, a bancada de deputados já havia manifestado “apoio indefectível” e outras liderança, como Raul Pilla, Gabino Fonseca e Armando Tavares, estavam “acordes [...] mediante naturais

¹⁹ Resumo da reunião entre Antunes Maciel e Getúlio Vargas, Porto Alegre, 25 jul. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

²⁰ Resumo da reunião entre Antunes Maciel e Getúlio Vargas, Porto Alegre, 26 jul. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

compensações”²¹. Em um terceiro encontro, ficou definido que um emissário iria pessoalmente conferenciar com Assis Brasil, e que Antunes Maciel aguardaria pela resolução definitiva do diretório central²².

De acordo com os relatos de Lusardo, apesar de Assis Brasil ser favorável ao acordo, temia a repulsa dos companheiros. Segundo ele, havia ainda “muito luto” devido aos conflitos armados de 1893 e 1923, e pedir o apoio a um republicano era “duro, muito duro”. Era necessário “conversar com os borgistas e com o Getúlio e saber as condições pelas quais ficaremos agrupados [...] vamos ver o que o Partido Republicano vai nos oferecer”. Nesta linha, teria definido seu posicionamento:

é preciso ser frio, nós e os outros também nos vendemos, somos vendáveis; na vida pública, todo homem se vende, depende do que é oferecido como moeda. Uns, não é desses que vou falar, porque são a escória da sociedade, vendem-se por dinheiro [...] permutas de interesse público, nós precisamos disso e daquilo e poderemos trocar pelo que vocês querem. Vamos apoiar, mas isto tem um preço (CARNEIRO, 1977, p. 643-644).

Para Assis Brasil, a “moeda” de negociação estava em algumas pautas, tais como, a adoção do voto secreto, a implantação do verdadeiro regime republicano democrático, ajuste das finanças, legislação eleitoral que ponha o Brasil de acordo com as nações modernas e o voto feminino (CARNEIRO, 1977, p. 644). Para o chefe libertador tratava-se de garantir a hegemonia dos preceitos ideológicos do partido naquela empreitada eleitoral e na composição de um futuro governo nacional. De acordo com Aspásia Camargo, em termos ideológicos, as concepções dos libertadores e democráticos paulistas acabaram dominando a campanha da Aliança Liberal, em um movimento caracterizado por “genéricos preceitos liberais e interesses imediatos de composição política” através da formação de um grande “conglomerado liberal” (CAMARGO, 1980, p. 27-28).

²¹ Telegramas de Antunes Maciel para Assis Brasil, Porto Alegre, 26 jul. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS, grifo meu.

²² Resumo da reunião entre Antunes Maciel e Getúlio Vargas, Porto Alegre, 27 jul. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

O diretório do PL se reuniu no município de Bagé para deliberar sobre o tema²³. Segundo João Neves da Fontoura, a resolução em aderir ao nome de Vargas “se deu fundamentalmente a Assis Brasil”, e “os argumentos e a autoridade do chefe vergaram as resistências” (FONTOURA, 1963, p. 304). De acordo com Mem de Sá, Assis Brasil, “longe de ser caloroso o seu entusiasmo pelo candidato”, acreditava que “se tinha de render a conveniência da solução, tendo em mira os superiores interesses da democracia brasileira”, enquanto muitos correligionários não concordavam com a solução, o que só ocorreu após muitas reuniões e conversas (SÁ, 1973, p. 75). Após a definição, Assis Brasil comunicou Vargas, “julgando satisfatórios os compromissos de honra já assumidos pelos elementos responsáveis, bem como pelo mesmo candidato em relação aos pontos essenciais do seu programa”. Em resposta, Vargas celebrou o ato que honrava seu nome e confirmava a “expressiva unanimidade de opinião do Estado”, comprovando que no Rio Grande do Sul não havia “questões regionais” quando se tratava dos “interesses gerais do Brasil”²⁴. Em entrevista à imprensa, o chefe libertador complementou a justificativa, argumentando que o partido não votava “em homens, mas em ideias e em princípios”, sendo que a candidatura apresentava “todas as teses substanciais e mais urgentes” do PL²⁵.

Em suma, é possível perceber que diversos elementos entraram em jogo nas negociações estabelecidas entre libertadores e republicanos. A defesa de determinadas ideias foi uma delas, representadas principalmente nas bandeiras defendidas pelo programa do PL. Aspectos que, apesar de entrar em conflito com a doutrina do PRR, como o voto secreto, não constrangeram seus líderes em serem adotadas. No acordo, também é perceptível o estabelecimento de “compromissos de honra” em torno de garantias sobre o aprofundamento das relações de paz entre os dois partidos, construindo um terreno mais seguro para os libertadores atuarem. Da mesma forma, apareceram as negociações sobre as vagas para os cargos parlamentares e as exigências do PL em assegurar algum grau de influência na escolha do próximo

²³ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 178, 30 jul. 1929, p. 16.

²⁴ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 182, 3 ago. 1929, p. 2.

²⁵ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 184, 6 ago. 1929, p. 7.

candidato ao governo estadual. Ademais, os líderes possivelmente tinham ambição de ver, além do triunfo de suas ideias, a ascensão de alguns de seus quadros. Após os “sacrifícios” de apoiar um nome vindo das fileiras do tradicional adversário, era natural a expectativa de receber algum cargo em nível federal ou estadual.

Apesar do estabelecimento da união, houve sérias resistências no interior dos partidos. Em sua análise, Luciano de Abreu questionou o caráter de unanimidade apresentado pela historiografia sobre a composição da Frente Única (ABREU, 1998, p. 97). Entre os libertadores, conforme afirma o estudo de José Fernando Kieling, seria possível identificar três tendências: os que apoiaram integralmente, os neutros e os radicalmente contra (KIELING, 1984, p. 122-126). Alguns correligionários, como Anacleto Firpo, alertaram sobre as expectativas e preocupações dos companheiros²⁶. Por sua vez, Fanfa Ribas mais radical: “nada temos de comum com o partido do sr. Borges de Medeiros [...] Não! A frente única é uma mentira, é uma hipótese absurda, é um impossível”²⁷. Em entrevista à imprensa, Assis Brasil admitiu que a aliança não era uma “unanimidade absoluta”, em decorrência de “pequenas dissidências”²⁸. Já no lado do PRR, conforme afirma João Neves da Fontoura, ocorreram similares reações e alguns correligionários foram “igualmente hostis” (FONTOURA, 1963, p. 306).

Entre as principais lideranças previamente envolvidas com o acordo igualmente emergiram divergências. Um dos principais chefes em Porto Alegre, Raul Pilla criticou as protelações de Vargas no lançamento da candidatura, por ser um “prisioneiro do Partido Republicano e do seu chefe [Borges de Medeiros]”. Além disto, temia as consequências da vitória varguista, podendo ocorrer “um desastre, já que o governo estadual ficaria nas mãos de Borges, Firmino Paim ou Osvaldo Aranha”, este último um “politiqueiro”²⁹. Outro problema residiu na definição das vagas para o congresso federal e o desejo libertador por seis lugares. Nas conversações sobre o tema, Neves argumentou que seria difícil o PRR ceder mais de cinco lugares, pois desejava reeleger todos seus representantes. Apesar disto, Assis acreditava que o PRR não iria “cometer a

²⁶ Carta de Anacleto Firpo para Assis Brasil, Pelotas, 6 jun. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS

²⁷ Correio do Sul, Bagé, 25 jun. 1929. Retirado de: KIELING, 1984, p. 116.

²⁸ CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 191, 14 ago. 1929, p. 1.

²⁹ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 15 jun. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

injustiça”, sendo a questão uma ótima oportunidade de demonstrar “a sinceridade” da união, devendo até mesmo tomar a iniciativa de colocar à disposição “a cadeira disponível no Senado”³⁰. Por sua vez, Antunes Maciel relatou o compromisso republicano em abrir as vagas, e alertou a Vargas sobre as preocupações de seus correligionários com a assunto, tendo em vista ser fundamental para o “êxito integral do auspicioso conagraçamento da família rio-grandense” e seria prudente evitar o “enfraquecimento”³¹. O PRR acabou cedendo apenas cinco vagas, desagradando libertadores que também desistiram de lançar seu senador e se abstiveram de sufragar o candidato republicano.

Apesar das querelas, os grupos passaram a realizar atividades em conjunto para afirmar simbolicamente sua união, como por exemplo, através de comícios em Porto Alegre reunindo diferentes lideranças³² e eventos no interior do estado, como em Erechim com a presença em um mesmo palanque de Felipe Portinho e Osvaldo Aranha³³. Além disto, atuaram de forma interligada na preparação eleitoral através de centros partidários³⁴, e membros do PL passaram a participar de homenagens públicas a líderes republicanos, como nas manifestações em favor de Flores da Cunha³⁵ e João Neves da Fontoura³⁶.

Sobre este momento inicial de formação da FU, é importante destacar alguns aspectos. A articulação ocorreu à mercê da oficialidade partidária e encabeçada por determinadas lideranças, aspecto possível de ser identificado nos encontros de Maciel com Vargas, nos contatos de Lusardo na capital federal e nas consultas extraoficiais a Assis Brasil. O diretório, autoridade máxima da agremiação, apenas se reuniu para ratificar aquilo que já estava encaminhado, apesar de que sua decisão contrária pudesse atrapalhar o acordo. Ademais, em nenhum momento os diretórios locais e seus

³⁰ Carta de Assis Brasil para Raul Pilla, Pedras Altas, 8 jan. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³¹ Carta de Antunes Maciel para Getúlio Vargas, Pelotas, 14 jan. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

³² CP, Porto Alegre, Ano XXXV, n. 178, 27 jul. 1929, p. 14;

³³ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 26, 21 nov. 1929, p. 14.

³⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 98, 15 fev. 1930, p. 2.

³⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 68, 11 jan. 1930, p. 1, n. 69, 13 jan. 1930, p. 2; Ano II, n. 337, 25 nov. 1930, p. 7.

³⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 102, 20 fev. 1930, p. 2, n. 104, 22 fev. 1930, p. 1, p. 3.

representantes foram consultados sobre os termos do pacto. Diante destes elementos, a FU deve ser entendida como um acordo intra-elite partidária, com compromissos estabelecidos por seus próceres mais eminentes. Os próprios libertadores reconheciam que o conagraçamento ocorreu “de cima para baixo, da direção para a massa e encontrou, por isso, não leves resistências”³⁷. No pequeno núcleo responsável pelas negociações, estava não apenas Getúlio Vargas com seu “perfil conciliador” tão afamado pela historiografia, mas diversos outros nomes, como Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e João Neves da Fontoura. Este último, por exemplo, era vice-presidente do estado e líder da bancada do PRR na câmara federal, sendo um dos aliados mais elogiados pelos libertadores. De acordo com Aspásia Camargo, o contexto da Aliança Liberal evidenciou a importância destes políticos como “mediadores estratégicos”, agentes articuladores em seus estados que atuavam nos bastidores e que eram em geral mais jovens e hierarquicamente abaixo dos chefes oligárquicos, mas de acesso direto aos patriarcas ou governantes, graças a relações pessoais ou cargos de confiança que exerciam (CARMARGO, 1980, p. 19).

As articulações também apontam para a importância de não excluir a participação de Borges de Medeiros e Assis Brasil, igualmente influentes naquele processo. Os dois principais chefes permaneceram como o “oráculo” dos correligionários, orientando e fornecendo o aval para as negociações em curso. O segundo, por exemplo, recebia cópias de grande parte dos documentos que envolviam a preparação da FU. Conforme aponta Boris Fausto, os “velhos oligarcas” e suas estâncias continuaram servindo como local de “articulações e indispensável beija-mão” (FAUSTO, 1997, p. 57). Apesar disto, o corte geracional desempenhou uma função essencial, tendo em vista que foram os mais jovens (Vargas, Lusardo, João Neves, Raul Pilla, Aranha e outros) que tomaram as decisões definitivas e acabaram arrastando as velhas lideranças para a radicalização dos posicionamentos.

³⁷ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 657, 16 dez. 1931, p. 3.

“Fazer um churrasco sobre os ramos do café”: a continuidade da aliança na revolta de 1930

Após a derrota eleitoral da Aliança Liberal, a FU passou por um momento de reavaliação sobre sua continuidade, enquanto paralelamente faziam-se conspirações para a realização de um levante armado. Em um primeiro momento, enquanto os libertadores eram firmemente favoráveis a deflagração de uma revolta como protesto ao resultado eleitoral (FERREIRA FILHO, 1974, p. 228), os republicanos estavam divididos, e contempORIZAVAM a situação. Enquanto Baptista Lusardo promovia encontros com Vargas para deliberar sobre a manutenção dos “compromissos firmados”³⁸, Borges de Medeiros manifestava-se publicamente contrário à opção armada. Em sua capa do dia 19 de março de 1930, o *Estado do Rio Grande* comparou as declarações do chefe republicano com as de Assis Brasil: o primeiro defendia que o pleito havia ocorrido “lisamente, em perfeita ordem” e o segundo argumentava que não havia, como nunca houvera antes, “eleições no Brasil”³⁹. Em outra edição, o jornal insistiu que os pronunciamentos de Borges representavam uma “injeção de morfina”⁴⁰.

As críticas sobre o posicionamento de Borges de Medeiros se proliferaram no meio libertador⁴¹. Em carta para Assis Brasil, Raul Pilla lamentou o fato de o PRR não apresentar uma “orientação segura”, com posicionamentos confusos, e Borges de Medeiros dava “a impressão de estar com o miolo mole”⁴². Nos meses seguintes, Pilla insistiu na desconfiança sobre as promessas feitas por Osvaldo Aranha e nas falhas de Vargas⁴³. Neste quadro resumia a “situação de incerteza”: “precisamos que essa gente do governo resolva se faz ou não o movimento”⁴⁴. No mesmo sentido, o jornal libertador reclamou da “densa cerração sobre o campo do Partido Republicano” e as declarações contraditórias de seus líderes⁴⁵. Lusardo igualmente relatou as

³⁸ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 131, 27 mar. 1930, p. 1; n. 131, 28 mar. 1930, p. 1.

³⁹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 124, 19 mar. 1930, p. 1.

⁴⁰ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 131, 27 mar. 1930, p. 3.

⁴¹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 126, 21 mar. 1930, p. 1; n. 127, 22 mar. 1930, p. 1.

⁴² Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 27 abr. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴³ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 8 jul. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁴ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 12 ago. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 261, 27 ago. 1930, p. 3.

dificuldades e o “cerco que a ala esquerda do PRR teve de pôr no Chimango Velho [Borges de Medeiros], para então, concordar com que o Rio Grande cumprisse os compromissos”⁴⁶.

Nas confabulações para a revolta armada e a manutenção da FU, entraram novamente em cena os conchavos de Antunes Maciel e Getúlio Vargas. Este último encaminhou, por intermédio do amigo libertador, um manifesto a ser lançado, e que desejava contar com a apreciação de Assis Brasil⁴⁷. Vargas solicitou que o aliado se dirigisse aos seus correligionários para que auxiliassem “dedicadamente [...] em colaboração com os Republicanos e demais elementos aliados, na grande obra em que o Rio Grande se empenhará”. O relatório sigiloso da conversa deveria ser mostrado apenas para Flores, Lusardo, Aranha e Pilla⁴⁸. Em um novo encontro, Vargas argumentou que o Rio Grande não estava preparado para um levante, faltando material de guerra e dinheiro, o que não significava “abandonar a ideia da revolução”, mas “esperar por um tempo mais propício e elementos mais fortes”. Com isto, solicitava que os libertadores não o isolassem de suas confabulações internas. Segundo Maciel, cedo ou tarde a revolta explodiria e seus companheiros a fariam com auxílio de oficiais revolucionários e outros aliados. O plano dos libertadores era de que, seja qual fosse o posicionamento do PRR, os deputados do PL iriam declarar não reconhecer Júlio Prestes como presidente e iniciar uma rebelião. Questionado qual seria a reação do governo estadual neste caso, Vargas assentou: “o mínimo, de neutralidade, senão de cooperação”⁴⁹.

Em carta de Borges de Medeiros para Getúlio Vargas, remetida em cópia para Assis Brasil, o chefe do PRR alertou para a importância de “evitar-se a calamidade de uma explosão revolucionária”. Mas, caso as atitudes apaziguadoras fossem em vão e a revolta ocorresse, o posicionamento dos republicanos deveria ser de “não defender o

⁴⁶ Carta de Baptista Lusardo para Assis Brasil, Uruguaiana, 8 set. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁷ Cópia de documento enviado por Getúlio Vargas para Assis Brasil, Porto Alegre, 18 jun. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁸ Relatório de reunião com Getúlio Vargas por Antunes Maciel, Porto Alegre, 18 jun. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁴⁹ Relatório de reunião com Getúlio Vargas por Antunes Maciel, Porto Alegre, 2 jul. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

poder federal”, mas “também não comprometer o Rio Grande oficial, como dirigente ou coparticipante do movimento”, tendo em vista a função de “manutenção da ordem e da lei”. Definia, portanto, uma “atitude passiva, mas simpática, não a combatendo de nenhum modo e não a tolhendo na sua liberdade de ação”. Não obstante, mantinha sua solidariedade a qualquer decisão tomada por Vargas diante do seu cargo e dos compromissos assumidos⁵⁰.

Entre os meses de julho e agosto de 1930, enquanto Antunes Maciel considerou o cenário “animador”, Pilla permaneceu cético⁵¹. Para ele, Vargas não pensava “em reação armada”, e estava “apenas procurando temporizar”⁵². Embora crescesse a “pressão da opinião e dos amigos” para que tomasse uma atitude, o líder republicano apenas iria “arrastado” para a luta⁵³. Na visão de Maciel, apesar de não receber de Getúlio “a palavra categórica do assentimento definitivo”, os trabalhos estavam ativos “para desfechar o movimento”⁵⁴. Em seguida, o deputado viajou ao Rio de Janeiro transmitindo informações para Lindolfo Collor e outros políticos. Segundo ele, tudo estava sendo “feito por ordem e conta do governo do Estado”⁵⁵.

O movimento armado que havia sido previamente preparado para ocorrer na efeméride do 7 de setembro acabou adiado. Em carta para Anacleto Firpo, Maciel declarou que estava tudo pronto para “o estouro” e o ambiente em Porto Alegre era de “intensa expectativa”⁵⁶. Em seguida, comunicou que os mineiros haviam concordado em protelar por mais alguns dias⁵⁷. Em nova carta para Assis Brasil, avisou que os libertadores estavam trabalhando “em numerosas incumbências”, e o levante vinha

⁵⁰ Cópia de carta de Borges de Medeiros para Getúlio Vargas, Irapuázinho, 20 jun. 1930. Enviada para Assis Brasil e outros líderes em 1 ago. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵¹ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 20 jul. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵² Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 8 jul. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵³ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 13 jul. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁴ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Porto Alegre, 29 jul. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁵ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 25 ago. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁶ Carta de Antunes Maciel para Anacleto Firpo, Porto Alegre, 6 set. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁷ Carta de Antunes Maciel para Anacleto Firpo, Porto Alegre, 7 set. 1930, grifo no original. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS

sendo organizado com a preocupação em “dar-se o golpe com o mínimo de prejuízos de vidas”⁵⁸.

Em paralelo à atuação de Antunes Maciel, Baptista Lusardo também desempenhou um papel fundamental. Ele próprio se considerava uma “baioneta no rim dos republicanos”, empurrando-os para a realização do movimento (CARNEIRO, 1978, p. 97), algo também reconhecido pelos aliados (FONTOURA, 1963, p. 163). Conforme destaca Viscardi, a ideia de uma luta armada já era aventada pelos chamados “tenentes civis” em meados de 1929 (VISCARDI, 2012, p. 313). Neste período, Lusardo já se mostrava taxativo em suas posições: “meu pensamento íntimo: isto vai desfechar numa grande revolução” e “quem nos levará a luta armada é o próprio sr. Washington Luís”, com sua “já conhecida mentalidade de reacionário”. Segundo ele, a situação tensa criada pelas declarações violentas, os boatos de estado de sítio, a censura na troca de mensagens, a vigilância sobre os mineiros, tudo isso contribuía para o acontecimento de uma revolta⁵⁹. Apesar de atuar intensamente nas conspirações, o deputado acabou ficando à parte da deflagração do levante, tendo em vista seu estado de saúde⁶⁰, que o manteve apenas nos bastidores e contatos para a luta.

No dia 1º de outubro, uma comitiva de deputados estaduais do PL e PRR realizou uma visita ao palácio do governo em Porto Alegre. De acordo com o “ERG”, o ato “deixou de ser o cumprimento de um protocolo político para simbolizar a unidade moral do povo rio-grandense”, manifestando que “no Rio Grande, existe um só pensamento [...], uma única e definitiva orientação no tocante ao momento nacional”⁶¹. Três dias depois, Vargas lançou o manifesto convocando os conterrâneos para a luta: “Não foi em vão que o nosso Estado realizou o milagre da união sagrada. É preciso que cada um dos seus filhos seja um soldado da grande causa. Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heroico”⁶². Estava deflagrada a campanha de 1930. Após vinte e um dias de movimento armado, o governo federal foi deposto, e o poder entregue às

⁵⁸ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 18 set. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁵⁹ Carta de Baptista Lusardo para Assis Brasil, Rio de Janeiro, 28 jul. 1929. Arquivo Raul Pilla, NUPERGS.

⁶⁰ Carta de Baptista Lusardo para Assis Brasil, Uruguaiana, 8 set. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶¹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 291, 1 out. 1930, p. 3.

⁶² ERG, Porto Alegre, Ano 1, n. 293, 4 out. 1930, p. 1.

mãos de Vargas. Estava “tornada realidade a famosa profecia”, os filhos do general Flores da Cunha e outros “bravos gaúchos” amarram seus cavalos no obelisco na capital federal⁶³. Da mesma forma, cumpria-se a promessa metafórica de Baptista Lusardo em “fazer um churrasco sobre os ramos do café”⁶⁴.

Cabe ainda destacar que, apesar da vitória e da chegada ao poder em conjunto, durante o período de articulação da Aliança Liberal e de conspiração armada, libertadores e republicanos continuaram com múltiplas divergências. Os casos mais emblemáticos foram parar na justiça em torno do reconhecimento ou contestação de resultados eleitorais em municípios, assim como persistiram as denúncias em torno das práticas de violência e perseguição pelo interior do estado. Conforme visto anteriormente, a resolução dos conflitos locais e a pacificação estadual entraram diretamente nas negociações da FU. Segundo Luciano de Abreu, estes problemas evidenciavam que, apesar do discurso de conciliação vivido no amago da FU, permaneciam as práticas coronelistas como violência e a fraude eleitoral (ABREU, 1997, p. 79-80). Estas situações levaram os libertadores a concluírem que “toda a eleição” que o partido vencia “se transforma infalivelmente em ‘caso’”⁶⁵, fruto da “velha e retrograda mentalidade situacionista”⁶⁶. De acordo com Raul Pilla, os “mais sólidos direitos” estavam sendo “burlados”, sendo “natural que a desconfiança e a revolta” emergissem no interior do PL⁶⁷, causando diversas situações de descontentamentos com os novos aliados⁶⁸. Segundo ele, apesar das “boas intenções do governo do estado”, as suas “fraquezas” residiam no “conflito entre a orientação do presidente e a mentalidade reinante no Partido”, culpando, principalmente, Borges de Medeiros⁶⁹, e concluindo que o governo esperava mais do “espírito de renúncia” dos libertadores do que “das boas intenções” dos seus próprios correligionários⁷⁰. Os problemas se

⁶³ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 321, 5 nov. 1930, p. 5.

⁶⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 301, 13 out. 1930, p. 3.

⁶⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 157, 28 abr. 1930, p. 3.

⁶⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 175, 19 mai. 1930, p. 1.

⁶⁷ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 1 out. 1928. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁸ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 13 set. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁶⁹ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 16 out. 1928, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁷⁰ Carta de Raul Pilla para Assis Brasil, Porto Alegre, 13 set. 1929. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

espalharam pelo interior do Rio Grande, como por exemplo, nas cidades de Santa Cruz do Sul⁷¹, Taquara⁷², Palmeira das Missões⁷³, Piratini⁷⁴, Cruz Alta⁷⁵ e muitas outras.

Este tipo de conflito despontou como um obstáculo para a FU, e demonstrou a fragilidade da união para além dos conchavos de suas elites. Se as principais lideranças se empenhavam em relações amistosas e uma atuação conjunta em prol de interesses em comum, as bases locais permaneceram contaminadas de conflitos e velhas formas de fazer política. Contornar estes problemas não era uma tarefa fácil, e demandava atenção das chefias partidárias. Antunes Maciel comunicou a Pilla que Vargas desejava a “colaboração” e “boa vontade” dos libertadores para conseguir “nas localidades, menos aferro às questões municipais [...] para evitar atritos, em detrimento da união geral⁷⁶. Da mesma forma, relatou para Assis Brasil a permanência de casos causados por “correligionários encrencadores”, diante dos quais “seria conveniente” a palavra do líder, em “público ou intramuros” para liquidar “de vez, os últimos ecos de tais campanhas⁷⁷. Segundo Maciel, havia um grupo de correligionários em Porto Alegre “cuja preocupação constante” era de “breçar a Frente Única”. O problema deveria ser solucionado “sob pena de ficar perdida a unidade”, diante disto solicitava a “palavra soberana” de Assis, a fim de “cessar a campanha aludida” que poderia ter efeitos “muito graves, para a consolidação da obra revolucionária⁷⁸. Na maioria das situações, os casos eram abafados ou contornados com o intuito de não atrapalhar o andamento da FU e os primeiros momentos do governo provisório varguista.

Apesar dos conflitos, a FU parece ter sido capaz de suscitar acontecimentos difíceis de serem imaginados em outros momentos da história política do Rio Grande do Sul na Primeira República. Alguns exemplos são simbólicos neste sentido. Dentre eles, a participação do PL nas homenagens a Júlio de Castilhos promovidas por republicanos

⁷¹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 24, 19 nov. 1929, p. 9; n. 24, 20 nov. 1929, p. 2.

⁷² ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 75, 19 mai. 1930, p. 10.

⁷³ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 351, 11 dez. 1930, p. 2.

⁷⁴ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 15, 7 nov. 1929, p. 2.

⁷⁵ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 92, 8 fev. 1930, p. 5.

⁷⁶ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Pelotas, 20 mai. 1930, Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁷⁷ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Porto Alegre, 19 dez. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

⁷⁸ Carta de Antunes Maciel para Assis Brasil, Porto Alegre, 26 dez. 1930. Arquivo Assis Brasil, NUPERGS.

em Porto Alegre⁷⁹. O jornal do PRR noticiou que republicanos e libertadores estavam “reunidos em torno do monumento da Praça Marechal Deodoro” para prestar “significativa homenagem à memória do Patriarca”. A presença de Raul Pilla era “uma atitude de incontestável nobreza para os seus sentimentos de patriotismo”⁸⁰. Outro ato similar pode ser visualizado na utilização de “lenços encarnados com o retrato do Dr. Getúlio Vargas”⁸¹, misturando a cor dos libertadores com a imagem de um republicano. No mesmo sentido, na vitória do movimento de 1930, Vargas teria chegado ao Rio de Janeiro de uniforme militar e com lenço vermelho em concessão simbólica aos aliados (LOVE, 1975, p. 361). Diversas outras atitudes e acontecimentos também apontam para estes aspectos: as manifestações elogiosas dos libertadores ao jornal *A Federação*⁸², órgão do PRR, que tanto os difamou e atacou; a publicação de entrevistas de Borges de Medeiros acompanhadas por retratos ampliadas nas capas do “ERG”⁸³; uma carta de um “castilhistas” no interior do estado, elogiando a condução de Raul Pilla, e fazendo votos para a manutenção da sua aliança com o PRR⁸⁴; a realização de elogios efusivos a próceres republicanos, como João Neves da Fontoura, visto como o “mais belo representante do ideal rio-grandense”, “o mais simpático dos políticos gaúchos”⁸⁵; e a construção de acordos para uma “candidatura de conciliação” nos municípios, como a chapa mista em Bagé, na qual PRR ficaria com a intendência e PL com a vice⁸⁶.

Considerações finais

Por meio da análise empreendida, identifiquei alguns fatores para a compreensão da composição e atuação da Frente Única. Um primeiro elemento importante encontra-se nos diálogos e acordos promovidos pelos deputados federais

⁷⁹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 3, 24 out. 1929, p. 10.

⁸⁰ A Federação, Porto Alegre, Ano XLVIII, n. 272, 25 nov. 1931, p. 3.

⁸¹ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 22, 16 nov. 1929, p. 14.

⁸² ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 60, 2 jan. 1930, p. 4.

⁸³ ERG, Porto Alegre, Ano II, n. 526, 9 jul. 1931, p. 1; n. 643, 30 nov. 1931, p. 1.

⁸⁴ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 818, 28 jun. 1932, p. 5.

⁸⁵ ERG, Porto Alegre, Ano III, n. 641, 27 nov. 1931, p. 3.

⁸⁶ ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 2, 15 ou. 1929, p. 8; n. 48, 17 dez. 1929, p. 3; ERG, Porto Alegre, Ano I, n. 67, 10 jan. 1930, p. 9; n. 69, 13 jan. 1930, p. 15.

dos dois partidos, vide os laços entre Getúlio Vargas e Baptista Lusardo, e as reuniões coletivas organizadas pelas bancadas de PL e PRR na capital federal. Neste sentido, o fator geracional foi fundamental. Embora Borges de Medeiros e Assis Brasil tenham permanecido exercendo influência nas tomadas de posição dos grupos, o protagonismo coube aos “jovens” líderes em ascensão nos seus respectivos quadros partidários. Tanto a famosa “geração de 1907” do PRR, amplamente visitada pela historiografia, quanto os “jovens libertadores”, pouco valorizados por grande parte dos estudiosos, desempenharam papel central no ocaso da Primeira República e nos conflitos políticos do início dos anos de 1930. Outros fatores importantes daquela conjuntura foram as confabulações de bastidores promovidas pelas lideranças partidárias, como nos encontros de Antunes Maciel e Getúlio Vargas ou as consultas pessoais realizadas a Assis Brasil. Através destas reuniões, eram discutidas concessões, garantias, exigências, promessas e recompensas em torno da coligação entre os dois partidos. Neste cenário, é perceptível que o processo de construção da aproximação foi um acordo de elites, ou seja, um movimento da cúpula dos partidos, e sem qualquer respaldo de base popular, nem ao menos com a participação ou consulta das chefias e diretórios partidários locais.

Da mesma forma, a aliança deve ser entendida como fruto do oportunismo de ambos os lados. A leitura do jogo político e o senso de oportunidade foram fundamentais e devem ser lidos em suas diferentes frentes: os libertadores ansiavam por melhores chances no jogo do poder, buscando um terreno mais seguro, longe das dificuldades e limitações do habitual oposicionismo para propagar suas ideias e alcançar suas lideranças aos principais postos e cargos; os republicanos, escaldados com os conflitos com seus adversários, procuravam uma base mais tranquila para sua vitória em nível nacional, e sabiam que precisavam do contingente opositor para triunfar. Pelos cálculos eleitorais da Aliança Liberal, a possibilidade de vitória passava, centralmente, pela votação unânime e expressiva no Rio Grande do Sul.

Neste cenário pragmático de estabelecimento de alianças, se os adeptos do PRR conheciam os caminhos e meandros de uma campanha ao Catete, para os libertadores o fato de formar uma frente de coalização com outros grupos e lideranças não era

novidade, tendo em vista que o próprio partido surgiu daquilo que também se denominou como uma “frente única” durante os anos de 1920, além de acordos e aproximações com outros grupos de oposição nacional, ao longo de todo período. As alianças e vínculos também representavam oportunidades no jogo da política, que era preciso saber manejar.

Cabe destacar que a FU não funcionou de maneira unânime no interior dos partidos. Muitos correligionários foram contrários à sua efetivação e se mantiveram críticos em relação à aproximação com os adversários da véspera. Além disto, apesar dos esforços de coesão e cooperação entre as direções de PRR e PL, ao longo dos anos de 1929-1933, os velhos conflitos em âmbito local permaneceram latentes, manifestados a partir dos afamados “casos municipais”, situações reveladoras dos limites e das dificuldades em se fazer aquela aliança.

Ademais, a Frente Única deve ser entendida a partir de diferentes momentos, sendo atualizada e redirecionada conforme os lances conjunturais da política nacional e regional. A união, inicialmente, foi uma aliança político-eleitoral visando ao apoio coletivo em torno da Aliança Liberal. Com a derrota nas urnas, sua existência foi sendo prolongada e reafirmada no contexto das conspirações e na organização de uma revolta armada. A partir da vitória no movimento armado, passou novamente por uma reavaliação, tendo em vista sua continuidade como sustentáculo e participante do governo provisório de Vargas. Por fim, foi reatualizada e modificada com seu paulatino deslocamento para a oposição, durante os anos de 1930. Com a demora e vacilação de Vargas em chamar uma nova constituição e as disputas por espaços de poder entre diferentes agentes políticos preteridos pelo novo governo federal, o jogo de alianças e relações foi modificado e o vínculo com Getúlio Vargas, um dos principais mentores da aproximação, foi rompido.

Referências

ABREU, L. A. *Getúlio Vargas: a construção de um mito*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

CAMARGO, Aspásia. *A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política*. In: GUIMARÃES, Manoel (org.). *A Revolução de 30*, seminário internacional. Brasília: UNB, 1983.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DAL FORNO, Rodrigo. *“Como se em política fosse possível agir sem manha, sem o senso de oportunidade”*: o processo de formação e atuação do Partido Libertador e suas lideranças no Brasil Republicano (1922-1933). Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 5ed. Porto Alegre: Renascença, Edigal, 2013.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____. *A “Estância de São Pedro”*: concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 139-159.

GRYNSZPAN, Mário. *Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

KIELING, José Fernando. *Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

NOLL, Maria Isabel. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul - 1928-1937*. Porto Alegre, UFRGS, 1980.

PESAVENTO, Sandra. *República Velha gaúcha: “Estado autoritário e economia”*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 193-255.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2011.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *A Democracia Ilustrada: o Partido Democrático Brasileiro de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

SACCOL, Tassiana. *De líderes históricos à opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 - 1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119-191.

VARGAS, Jonas M. *Entre a Paróquia e a Corte - Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: UFSM, 2010.

VISCARDI, Cláudia. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

Fontes

Arquivos e documentos pessoais

ARQUIVO ANTUNES MACIEL. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>. Acesso em 16 mar. 2021.

ARQUIVO ASSIS BRASIL. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

ARQUIVO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>.

ARQUIVO RAUL PILLA. Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://cedap.ufrgs.br/jspui/handle/20.500.11959/462>. Acesso em 16 mar. 2021.

Biografias, memórias e relatos de contemporâneos:

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo – O último caudilho*. v. 1: Revolução de 1923. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. *Lusardo – O último caudilho*. v. 2: Entre Vargas e Peron. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1974*. Porto Alegre: Globo, 1974.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.

_____. *Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre: Globo, 1963.

FRANCO, Virgílio Alvim de Melo Franco. *Outubro, 1930*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PILLA, Raul. *Catecismo Parlamentarista*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

_____. *Palavras de um professor*. Rio de Janeiro: Diretório de Imprensa Nacional, 1949.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

_____. *Tempo de Lembrar: Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

Jornais:

A *FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, 1922-1933. Biblioteca Nacional - Hemeroteca Digital Brasileira, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 16 mar. 2021.

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 1922-1933. Núcleo de Pesquisa em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

ESTADO DO RIO GRANDE, Porto Alegre, 1929-1932. Núcleo de Pesquisa em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Submetido em 08.05.2021 – Aceito em 01.07.2021